

CURIOSIDADES EM TORNO DE CANUDOS
Canudos. O povo da terra

Edwin Reesink*

O historiador Marco Antonio Villa parece ser uma pessoa atraída pela história dos camponeses e suas lutas em busca de uma vida melhor. Após uma dissertação de Mestrado em sociologia sobre Pancho Villa – **Francisco "Pancho" Villa, uma Liderança da Vertente Camponesa na Revolução Mexicana** (VILLA 1992a) – ele seguiu para um doutorado em história e escolheu Canudos como seu objeto de estudo. Há, desse modo, uma clara linha de continuidade na sua obra, em que transparece a simpatia pelos camponeses e a reavaliação, até mesmo defesa, de suas ações por parte de interpretações externas que as enquadram em esquemas interpretativos apriorísticos e desqualificadores. No caso do Pancho Villa, trata-se de entender a lógica sócio-econômica camponesa numa revolução, que, muitas vezes, foi analisada de um ponto de vista do marxismo evolucionista, em que o campesinato entra como parte de uma etapa, que, fatalmente, será superada. A sua conclusão é que o marxismo precisa se renovar para dar conta da radicalidade do projeto camponês, em defesa de sua terra, da sua dignidade e de um mundo sem exploração, ou seja, em seus próprios termos (VILLA 1992a, p. 161). No caso de Canudos, já no seu livro publicado em uma série do tipo "Primeiros Passos" – **Canudos, o campo em chamas** – evidencia-se uma preocupação semelhante e uma visão do movimento do Conselheiro que parte das mesmas idéias. Na primeira frase do livro, VILLA (1992b, p. 7) afirma que Canudos caiu num quase esquecimento, e na segunda acrescenta que o epíteto "mêssiânico"

* Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA e pesquisador do CNPq.

desqualifica a luta de milhares de sertanejos em favor de uma nova ordem social.

Por mais louvável que seja uma atitude mais simpática para com as idéias e ideais dos participantes, em especial os canudenses que sofreram de muitas incompreensões e estereótipos, nem simpatia nem antipatia em si garantem um tratamento mais isento de pré-conceitos. Como na análise das ações do seu ilustre xará, na análise de Canudos o esquema mais abrangente do pensamento do autor continua sendo influenciado pelo marxismo, o que o leva a insistir em que a qualificação "messiânica" seria um estigma e a não vê-la como uma possível categoria analítica que não diminui, em absoluto, o movimento. Na verdade, o que é curioso em seu texto é o contraste entre, por um lado, a defesa incisiva de uma interpretação considerada menos preconceituosa (mais ou menos nova), junto com uma explicação própria para a ferocidade da reação contra Canudos – ambos pontos fundamentais na introdução – e, por outro lado, a proclamação do autor, no final da mesma seção, de que não pretende uma análise original mas (...) *apenas reconstruir historicamente os acontecimentos* (VILLA 1992a, p. 9). Primeiro, a ambição posta anteriormente, confirmada por várias afirmações ousadas no restante do livro, demonstra claramente o contrário desta modéstia. Segundo, para quem reclama de versões históricas enviesadas, deveria ser óbvio que a sua meta, aparentemente moderada, não passa de uma impossibilidade ontológica muito conhecida dos historiadores. No fundo, cabe perguntar se essa atitude despreziosa não poderia inverter-se aos olhos de um crítico mais implacável, e, pelo contrário, ser considerada como configurando uma pretensão, descabida, de uma descrição realista e verdadeira, e a que outros, anteriores, não puderam alcançar. Na verdade, a sua descrição contém afirmações "factuais" altamente discutíveis e interpretações audaciosas.¹

¹ Não quero sobrecarregar o texto e discutir amplamente estes pontos, mas pelo menos um exemplo é indispensável. A fundação de Canudos é descrita como a ocupação de uma fazenda abandonada, sendo o pessoal do Conselheiro seus primeiros habitantes. Ora, Canudos se chamava Canudos porque havia um pequeno povoado anterior no local, que não somente já tinha sido visitado pelo Conselheiro, mas para com quem assumiu o compromisso de construir uma capela (veja-se a obra de Calasans). No livro posterior, o deslize sobre a população já presente é corrigido (VILLA, 1995, p. 55).

Na época em que saiu o livro, é provável que o autor estivesse ocupado em escrever sua tese de doutorado, defendida em dezembro de 1993. A tese realmente foi escrita num momento em que se conferia pouca atenção ao assunto, salvo, naturalmente, a concentração permanente e incansável sobre o tema do Prof. Calasans. Alguns outros pesquisadores estavam envolvidos em pesquisas paralelas, mas, ao que tudo indica, pouco ou nada sabiam dos esforços mútuos, e os seus resultados seriam publicados depois. Assim, a tese, adaptada e transformada em livro, saiu em 1995 – com o título **Canudos, o povo da terra** – como a primeira grande publicação, a nível nacional e de um autor brasileiro, justamente no início do período em que o tema adquiriu um destaque cada vez maior em função do centenário de Canudos, 1993-1997. A editora não desperdiçou a oportunidade e lançou o livro como o renascimento da análise de um evento histórico, desconstruindo mitos e interpretações anteriores mediante o uso criterioso de todas as fontes, inclusive as esquecidas, devolvendo, assim, toda a complexidade ao tema. Até recentemente, aliás, podiam ser encontradas pequenas propagandas, com mais ou menos o mesmo teor, nas páginas do caderno "Mais" da Folha de São Paulo. No ano passado, um colunista do mesmo jornal, pessoa crítica e lida, comentou o livro de modo favorável. Torna-se necessário, então, apesar do tempo já decorrido, examinar melhor o livro, em particular por causa de sua aparente influência num público maior do que o de poucos especialistas.

O livro de VILLA, por ser resultado de uma tese de doutorado, de fato, almeja uma profundidade maior em leituras de fontes diretas e indiretas da época e oferece um quadro bem amplo, chamando atenção ou reavaliando temas discutidos na literatura. Na frase que abre a introdução, o autor declara que, (...) *mais do que a busca de uma explicação (...)* (VILLA 1995, p. 7) um dos seus objetivos é reabrir o debate, quando quase tudo já parecia dito. Nesse sentido, reabrir o debate era realmente necessário, não obstante ele ignorasse os esforços empreendidos, na mesma direção, da Comissão do Centenário de Canudos, aqui na Bahia, liderada pelo Prof. Calasans, e que se empenhou muito para atrair a atenção pública através de todo tipo de evento, inclusive seminários em que o próprio VILLA foi convidado a fazer uma palestra

posteriormente.² Mais importante, aqui, é notar que estamos diante da mesma retórica de despreziosidade que a força dos argumentos posteriores desmente. Após arrolar, com propriedade, na sua introdução, uma série de pontos sobre os quais as pesquisas anteriores passaram basicamente ao largo, ele antecipa sua conclusão: não se esperava um Messias, nem D. Sebastião, não se trata de milenarismo nem socialismo utópico, mas da luta de construir (...) *um mundo novo, enfrentando o Estado dos landlords* (...) (VILLA 1995, p. 12), com base nas formas de organização sertanejas. Na verdade, o autor gosta de uma polêmica. Em vários momentos surgem afirmações no condicional, mas no final suas afirmações são peremptórias.

E, realmente, rejeitando totalmente as interpretações anteriores e modelos apriorísticos, propondo uma interpretação de um "mundo novo sertanejo" em contraposição ao "sistema de dominação coronelístico", o autor compromete-se a fornecer as bases etnográficas e as coordenadas teóricas ao leitor. Tal, porém, não acontece ou se dá de modo inesperado. Vejamos o caso do papel da religião, cerne de toda a discussão. Observe-se que o autor afirma, já na introdução, ter constatado que o estudo do campo religioso em Canudos ignorava a literatura especializada em religião e sofria de certa resistência, particularmente por parte de interpretações mais materialistas, que, mais ou menos implicitamente, desvalorizam qualquer móvel de ação dos agentes que não se relacione com uma consciência de classe e uma luta de classe. Como já visto, é corretíssimo chamar a atenção para as pré-noções presentes nessas análises e se voltar para a visão do mundo dos participantes. No entanto, a sua proposta implicaria, principalmente, em opor uma visão político-social de "camponeses" em luta com o sistema político dominante, o que limita a interpretação mais geral. Desse modo, o exame mais detido do desdobramento da proposição ao longo do seu raciocínio expõe vários problemas, de diferentes ordens: não há discussão para definir a categoria camponês; a argu-

² Sem falar dos esforços do Padre Enoque, que organiza uma Missa de Canudos desde o início dos anos oitenta, na região de Canudos, na beira do açude, e que teve um impacto considerável sobre uma reavaliação mais geral de Canudos. Aliás, em 1996, o autor participou no evento organizado por Enoque e foi convidado, por este, a falar, a falar, em cima do caminhão de som. De fato, partilham certos pontos na sua visão de Canudos, vendo o movimento como uma revolução social camponesa com continuidade histórica com as lutas atuais.

mentação tende a reduzir as múltiplas categorias sociais presentes a uma predominante (sem uma clara justificação); tende-se, do mesmo modo, apesar do ponto de início, a não levar em conta a dimensão religiosa nessa visão do mundo; enfim, não se procede a uma análise simbólica de uma visão dos participantes do seu mundo e de suas metas em seu engajamento no movimento. Apesar de acreditar que seja correta a importância dada à reação dos politicamente dominantes e à autonomia política-social do arraial, a proposta não é em si suficiente, nem desenvolve a dimensão religiosa de que tanto chama a atenção o autor como princípio norteador imprescindível.

Declarações de princípio não são seguidas por exposições baseadas no material existente, mesmo que, neste caso, haja limitações significativas, reais, apontadas no texto.³ Vejamos como o autor elabora um esquema para a religião católica. O livro abre com uma parte sobre a vida do Antônio Conde, em que, diga-se de passagem, se constrói um esboço biográfico que corre o risco de cair na ilusão de se tratar de uma trajetória unilinear e quase inevitável, construída em função de fatos *ex-post-factum*; sem, vale acrescentar, ao menos mencionar algumas questões instigantes: desde, por exemplo, uma questão de menor alcance (qual a razão de sair do Ceará e perambular na Bahia?), até a interrogação, fundamental, de como, nesse contexto social, alguém se torna um beato, para a qual se sugere, sem nunca explicar isto de modo explícito, uma ruptura de laços sociais e a inspiração da carreira ascética, com menções tiradas da Bíblia e referência ao modelo medieval (VILLA, 1995, p. 16-7). A religião aparece aqui de um modo bastante particular. Primeiro porque, como já tive oportunidade de observar antes (REESINK, 1996), ignora-se um estudo de alto nível, também crítico das abordagens anteriores, que analisa, muito detida e competentemente, a teologia do Conde: *Só Deus é Grande*, de A. OTTEN, publicado em 1990.⁴ Em segundo

³ Curioso, então, que uma importante nova fonte de informação (nas palavras do autor descobridor) – um relatório de uma autoridade municipal de Monte Santo – não seja publicado na íntegra em um anexo e que somente ao leitor somente seja dado perceber partes do mesmo.

⁴ Mais curioso ainda, num artigo posterior, na Revista Canudos de 1996, Villa retoma a proposta de pôr a religião num primeiro plano analítico, sem, de novo, se referir ao estudo de Otten. O trabalho de Otten torna-se, por sua vez, mais questionável quando pretende explorar analogias com fenômenos contemporâneos.

lugar, as consultas a uma literatura mais ampla a respeito de uma abordagem mais teórica e geral da religião se resumem, no que concerne à antropologia, somente a dois clássicos (um de MARY DOUGLAS e outro de VICTOR TURNER; a sociologia religiosa não ganha uma atenção maior).

Na parte que segue, o autor examina alguns eventos de importância na trajetória do Conselheiro, chamando atenção para alguns pontos, que, efetivamente, merecem análise maior. Mesmo quando concordo com alguns dos pontos destacados pelo autor, este, no meu entender, quase sempre deixa de tirar conclusões que, para uma leitura mais detalhada, também se impõem. Outras vezes, a releitura crítica dos argumentos avançados no livro desloca, de uma maneira mais ou menos significativa, as afirmações do autor, frisando nuances outras ou complementares. Por exemplo, a conclusão citada sobre a relação com a política deve ser qualificada. De fato, dos primeiros anos baianos destaca-se que o Conselheiro é um líder comunitário, com um sentido de religião amplo que não se enquadra na estrutura política convencional, mas está dialeticamente relacionado com esta estrutura política (VILLA, 1995, p. 22). O Conselheiro, no próprio momento de sua primeira chegada a Itapicuru, se viu no meio de uma polêmica em que, involuntariamente, se aliou a um dos lados políticos (no caso, do padre, em *oposição* local ao delegado da *situação*, neste sistema basicamente consistente de duas facções). De fato, religião e política são indissociáveis, mas, então, não basta o epíteto *comunitário*, já que, se movendo em uma sociedade em que tudo é política, qualquer liderança é política, inclusive a do Conselheiro. Nesse tempo, o Conselheiro respeitava o regime político monarquista e não esboçava nenhuma reação contra as instituições políticas em si. Ao se aliar a *amigos*, praticantes ativos de política, mesmo não se engajando diretamente nesta *política*, o Conselheiro não deixa de tomar posições que são políticas, em sentido tanto mais restrito quanto mais amplo. O autor tende a obscurecer esta inserção, com ênfase deslocada, na ânsia de, mais tarde, comprovar a característica de "fora-do-sistema" do Conselheiro. Uma concepção demasiadamente restritiva surge, assim, na análise da estrutura política do arraial, num argumento em que uma postulada impossibilidade de *acumulação econômica* impediria o estabelecimento de *laços de dependência política*, negando aos eminentes canudenses a chance de

se tornar uma *camada dominante* (VILLA, 1995, p. 81). No entanto, a política, em sentido amplo, e sobretudo a dominação política não se restringe a uma dominação mediada pela apropriação de um excedente econômico. Na verdade, a organização econômica desenvolvida em Canudos se assemelha ao que, na antropologia econômica, se denomina um modelo redistributivo. O próprio autor se refere à apropriação de parte da produção, mesmo que não se saiba exatamente como funcionava esta instância centralizadora, para ser canalizada aos necessitados não produtivos economicamente.

Para uma última demonstração da construção do argumento do autor, vale retomar à abordagem da religião. Qual é, afinal, o papel da religião na importância atribuída à proposta de interpretação da fuga das categorias dominadas da estrutura expoliadora, de inspiração marxista e materialista, e a sua relação com o conteúdo religioso do movimento? Alguns dados citados e observações esparsas poderiam servir para um raciocínio alternativo, mas o autor se limita, basicamente, a dois pontos: uma rememoração de profetas bíblicos como antecessores dos beatos nordestinos, sem uma comparação fundamentada do profetismo com a carreira do Conselheiro (que valeria a pena estabelecer) e a diferença entre o catolicismo popular sertanejo com o oficial, sendo a última variante não somente estéril e formal, mas em franco processo de construção hegemônica na chamada romanização da Igreja. O autor elabora todo seu argumento apoiando-se na tese de que, como já transparece dos predicados atribuídos, a religião popular se diferencia muito da religião formal eclesiástica, quase como que o vivo está para o morto, ou a verdadeira espiritualidade totalizadora está para um formalismo vazio. Mas, lembrando o que já foi dito, se a preocupação com esta diferença faz submergir uma apresentação da plenitude da religiosidade popular, a variante popular permanece carecendo de uma elaboração sistemática dos seus conceitos e da construção simbólica do mundo (real, moral e idealizado).

Mais uma vez, aqui está um tema da maior relevância, mas com uma argumentação que mereceria ser retomada e desenvolvida em outras direções. Na intenção de diferenciar radicalmente as duas religiões, o raciocínio toma a forma de um dualismo completo, uma ruptura radical entre as duas variantes

como se fossem independentes e opostas. Nisso há um evidente exagero no modelo. Veja-se como VILLA acompanha o relatório de Frei Monte Marciano, numa seção especial. Durante pouco mais de quatro páginas, cita e comenta o relatório passo a passo, para concluir que havia (...) *dois mundos e duas tradições e vivências religiosas distintas* (VILLA, 1995, p. 77). Corte radical que subordina a sua leitura do relatório: uma página depois, quando os conselheiristas gritam que não precisam de padres para se salvar, ele afirma que o "rompimento religioso se consumou". Não haveria mais necessidade de padres e seus ofícios e serviços. Aqui causa espanto a omissão a uma observação do relatório registrada imediatamente depois dos episódios ressaltados. O Frei reporta que reverberou contra as acusações levantadas, no seu sermão em espaço público, e se retirou suspendendo a Missão. Mais tarde, recebeu uma comissão, a mando do Conselheiro, pedindo que continuasse a Santa Missão, já que o povo iria ficar privado de vários benefícios espirituais do fim do ciclo de uma Missão. O Frei atribuiu o pedido ao descrédito que sua atitude gerou num número significativo de habitantes de Canudos, causando seu abandono do lugar (esta afirmação é notada por VILLA). Ora, sabe-se que o Conselheiro nunca usurpou funções sacerdotais e sempre, neste particular, respeitou os representantes da Igreja, como até o Frei não deixou de reconhecer (não conseguiu formular uma heresia além da recusa de obediência absoluta à hierarquia; MONTE MARCIANO, 1995). O Conselheiro sempre se declarou fiel à Igreja e à Roma. Na verdade, ele desejava proteger a Igreja dos maus representantes e não se levantou contra a instituição em si. Portanto, justificase interpretar o gesto como uma vontade honesta de manter o vínculo com a Igreja e suas competências. Nada, conseqüentemente, que indique o corte tão radical de dois mundos. A relação entre religiosidade popular e institucionalizada é também objeto de grandes debates na literatura, cujos resultados, se não resolvem o problema a contento para todos, pelo menos sempre enfatizam a circularidade e a relação de identidade e oposição mútua e mutante, tornando-os indissociáveis. Leituras dualistas tendem a simplificar a interpretação de um mundo que é bem mais complexo. Forte tendência ao dualismo era prática da época, com sinais de valores invertidos para os dois lados em conflito (republicanos X conselheiristas), que, além da disputa bélica, travavam um

combate sobre a interpretação simbólica do mundo e do cosmo.

Em suma, o livro é escrito de forma acessível, num estilo que não sobrecarrega em termos teóricos e com aparente fluidez de argumento, enquanto mostra uma simpatia pelos conselheiristas e esboça um quadro crítico dos políticos e militares. Ao mesmo tempo, o autor, para tudo isso, emprega um vocabulário com claras inclinações esquerdistas, sem resvalar para um idioma marxista ultrapassado. Aí, talvez, resida a atração do texto para um leitor que deseja uma postura crítica e mais favorável *aos de baixo*. Um leitor deste tipo, menos atento a revisitar o texto para examinar as suas contradições internas, talvez pense se beneficiar de sua leitura, e, quem sabe, numa série de coisas realmente se beneficie de certos dados (boa parte do livro descreve as campanhas militares). Mas, numa perspectiva mais teórica, respeitante ao quadro da abordagem explicativa, e da interpretação avançada, o leitor que está familiarizado com a literatura, tanto sobre Canudos como de áreas temáticas disciplinares, e, ainda, com a crítica de revisão textual, ficará desapontado com as contradições presentes, as vias de interpretação interrompidas, quando bem mais poderiam render, e a falta de maior balizamento teórico. Tudo sendo composto em um estilo, que, de modo curioso, oscila entre o condicional e o peremptório. Explorei vários destes pontos aqui, mas, de modo algum, a discussão esgotou o que há de discutível neste livro. Como reabertura do tema, pela sua maior divulgação (em especial comparado ao livro de OTTEN), pode haver algum mérito em oferecer ao leitor um arranjo de dados e uma proposta polêmica. No seu todo, no entanto, notadamente no manejo dos dados e seu rendimento teórico, muito deixa a desejar, e, creio que, neste particular, a sua contribuição se revelará, no futuro do campo de estudos canundenses, limitada, sendo mais relevantes alguns lampejos que mais servirão de ponto de partida a serem retrabalhados do que de interpretação segura e consensualmente aceita.

Curioso esse campo de pesquisa de Canudos, que, para muitos, incluindo VILLA, parece mais facilmente estimular paixão e polêmica do que perspectivas mais distantes; ou seja, uma economia de explicação externa (por exemplo, de fatores sociológicos determinando o fenômeno na sua totalidade, inclu-

sive seu conteúdo), ao invés de um regime de compreensão interna (levando em conta o conteúdo numa interpretação mais abrangente). Talvez por ser um tema altamente candente, e por surgir na vaga suscitada pelo centenário, a disputa pela sua memória para as lutas sociais atuais se acirrou. A ênfase do autor sobre a construção de uma *nova ordem* contra o sistema dominante posiciona-o claramente, neste campo, a favor da perspectiva atual que reinterpreta Canudos em função das lutas sócio-políticas contemporâneas *camponesas*. É impressionante como a contemporaneidade influenciou a história das interpretações históricas de Canudos (veja a tese de SILVA, 1996), e, desde o primeiro livro, VILLA não parece fugir à regra. Assim, certo mesmo é que Canudos continuará a despertar paixão e polêmica. O autor, pelo que se depreende imediatamente do seu artigo de 1996, certamente criará novas polêmicas.

LIVRO: Canudos. O povo da terra.

AUTOR: Marco Antônio Villa
São Paulo, Editora Ática, 1995. p. 278.

Outras Referências Bibliográficas

- MONTE MARCIANO, Frei J.
1995 Relatório ao Arcebispado da Bahia. In: MENEZES, E. D. de, ARRUDA, J. (orgs.), **Canudos. As falas e os olhares**. Fortaleza, EUFC.
- OTTEN, Alexandre
1990 **Só Deus é Grande**. São Paulo, Ed. Loyola.
- REESINK, Edwin
1996 Jerusalém de taipa ou Vale de lágrimas: algumas observações sobre o debate na literatura referente a Canudos. In: **O Olho na História**, vol. 2, n. 3.
- SILVA, José Maria Oliveira
1996 **Rever Canudos. Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995)**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- VILLA, Marco Antonio
1992a **Francisco "Pancho" Villa, uma Liderança da Vertente Camponesa na Revolução Mexicana**. São Paulo, Ícone.
- VILLA, Marco Antonio
1992b **Canudos. O campo em chamas**. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- VILLA, Marco Antonio
1996 Em Busca de um Mundo Novo. In: **Revista Canudos**, ano 1, n. 1.